



## PRO3330 – Engenharia e Sociedade

Laerte Idal Sznelwar (prof.)

Ruri Giannini (monitora)

### **Comentários sobre a aula 3: O público e o privado na construção das corporações/ Visão sociológica das organizações: a burocracia, ciência e política (08/03/2016)**

A questão tratada nesta aula é muito ampla e não pode ser tratada sob um ponto de vista único e reducionista. A questão entre o público e privado é muito antiga, talvez não saibamos nem mesmo distinguir se há um momento na história onde haveria um marco significativo para considerar como um início. Os interesses privados sempre influenciaram a política, portanto as políticas públicas. O que importa mais é tentar compreender o que se passa à luz dos sistemas econômicos, sociais e políticos contemporâneos e, se possível, traçar uma relação histórica com diferentes momentos onde prevaleceram relações mais mercantilistas, o desenvolvimento do capitalismo, as experiências comunistas, os regimes socialdemocratas e, mais recentemente o advento dos processos de “*financeirização*” da produção. Em cada momento da história é possível compreender como foram se constituindo os Estados Nacionais, seja através de colonização, de reagrupamento de principados e reinados, de guerras, de acordos, entre outros; isso nos leva a entender que um país não é algo abstrato, mas fruto de relações sociais tanto locais como em relação com vizinhos ou com outros povos distantes. Isto reforça a ideia que a distinção entre público e privado não é tão simples assim, uma vez que esta é feita a partir de relações sociais onde questões de poder e dominação estão sempre presentes. As próprias leis e como elas são interpretadas, gerando práticas jurídicas a partir das jurisprudências, não são fruto de algo universal e isento de debates, uma vez que são frutos das próprias relações sociais e do desenvolvimento do pensamento. Não se pode deixar de considerar também a



importância do desenvolvimento tecnológico como modulador desses processos, sobretudo no que diz respeito às tecnologias de informação e comunicação.

De modo mais específico, no cenário atual do Brasil, há um amplo debate provocado por diversos fatos que vêm à tona e que dizem respeito, sobretudo ao financiamento de partidos políticos por grandes empresas, sobretudo as grandes corporações que são responsáveis por obras de vulto, seja para a Petrobrás, como para outras empresas públicas e para os governos federal, estadual e municipal. O próprio sistema político foi fundado no financiamento por diferentes “pessoas” físicas e jurídicas que, através de suas contribuições, buscam influenciar as decisões políticas. Como discutido no filme “The Corporation” a própria existência de uma “pessoa jurídica” (“legal person”) se tornou possível graças às parcerias feitas com o Estado e visando, em primeiro lugar o interesse público. Como isto evoluiu em cada país pode ser compreendido nas suas especificidades e no que há em comum, mas o principal é que não existe algo que seja totalmente fruto da iniciativa individual e privada, uma vez que todas as leis e as políticas implementadas em determinado momento da história, são fruto das relações sociais que constroem os cenários possíveis para a implantação e o funcionamento das empresas.

Por isso, considerar legítimas as diferentes maneiras utilizadas para influenciar as decisões políticas faz parte do jogo, desde que sejam respeitadas as regras do jogo democrático e o respeito aos mais diferentes cidadãos e grupos da sociedade. Todavia, como não há uma sociedade construída com base em princípios universais e imutáveis, é importante que se considere as diferentes influências políticas que modulam os processos de decisão de um país e como elas influenciam os diversos jogos sociais. Por exemplo, há sempre que se



considerar que aquilo que vemos e vivemos em um determinado momento de nossa história não é definitivo e imutável. Assim ao assistirmos um programa de televisão em um determinado canal, trata-se de uma concessão de um bem público. Isto é, os donos de um determinado canal privado não são proprietários do direito a usar as ondas hertzianas de modo definitivo. Há sempre um prazo, há sempre leis, há sempre práticas sociais que modulam esta relação. Isto vale para qualquer serviço prestado à população que dependa de concessão do Estado. As empresas também se situam em um determinado contexto social, político, econômico e tecnológico; portanto o que fazem os atores sociais que nela atuam é também modulado por direitos e responsabilidades.

De qualquer maneira, o principal objetivo desta aula é fomentar o debate entre vocês e uma reflexão individual e coletiva sobre o tema. Assim, aí vão alguns temas tratados por vocês:

- Acumulação de capital é uma tendência natural: citou-se o exemplo do número de bancos antes e após a crise, quando instituições mais sólidas adquiriram as mais frágeis, concentrando o capital em poucas empresas;
- Há crença de que, deixando a desigualdade de renda se autorregular, ela apenas aumentará, então faz-se necessária uma solução política;
- Distribuição de renda é uma questão política e não econômica;
- Hoje a desigualdade social no Brasil é nociva pois reduz o acesso de grande parte da população a empregos, mas ela não é necessariamente ruim;
- O investimento em educação é uma das melhores soluções para redução de desigualdade social e ascensão social;



- As corporações surgiram a partir do Estado, de um interesse público, e as instituições privadas surgiram de oportunidades de negócio que o Estado não conseguiria englobar;
- A diferença entre instituições públicas e privadas, em geral, é que as públicas têm como objetivo o bem público (ainda que gerem lucro para acionistas privados, como é o caso da Petrobrás) e as privadas em geral visam o lucro. No entanto, esta relação não é “preto no branco”, já que existem instituições públicas que financiam empresas privadas (exemplo BNDES) e instituições privadas com grande impacto social (exemplo Natura);
- Em geral as corporações e interesses públicos e privados se misturam, como é o caso das concessionárias de TV ou das ocasiões quando o governo evita que empresas privadas “quebrem” e gerem desemprego e instabilidade para a economia;
- A consolidação do mercado financeiro possibilitou uma economia mais dinâmica, aumentando fluxo de capital em diversos setores;
- O governo também exerce grande influência na economia e não se apoia na “mão invisível do mercado” (caso do governo americano que injetou capital para que os bancos não falissem na crise de 2008);
- Atualmente os resultados do trabalho são cada vez mais financeiros e menos “palpáveis”, caracterizando o hiato entre produção e finanças e dando espaço para especulações;
- Em alguns países, a administração privada exerce influência explícita na política através de lobbies;
- Instituições públicas sofrem mais com a burocracia pois estão em ambiente que exige mais controle, não possuindo a mesma flexibilidade que empresas privadas;



- A integração da administração pública e privada (através de PPPs) é essencial para o desenvolvimento econômico e social (investimento em infraestrutura, oferta de transporte público);
- A administração pública brasileira está se modernizando, tanto em tecnologia (postos informatizados para atendimento como Poupatempo) como em pessoas (meritocracia e reconhecimento).

Caso falte algo, enviem sugestões e críticas via e-mail ou AVA.

***Laerte Idal Sznelwar e Ruri Giannini***